

Diferenças doutrinárias

Uma vez que as denominações cristãs alegam fundamentar seus ensinamentos na Bíblia, por que existem diferenças doutrinárias entre elas?

Por Alberto R. Timm

Muitos teólogos e líderes cristãos estudam a Bíblia em busca de endosso para suas teorias doutrinárias, sem permitir que o próprio consenso das Escrituras os ensinem. Enquanto os assim chamados conservadores da extrema-direita tentam manter a Bíblia presa às suas tradições humanas (tradicionalistas), os liberais da extrema-esquerda procuram reler as Escrituras da perspectiva da razão humana (racionalistas), ou da experiência pessoal (existencialistas) ou da cultura moderna (culturalistas). É comum encontrar indivíduos que rejeitam determinados ensinamentos das Escrituras, de aplicação universal, sob a alegação de que “a maioria crê diferente”, “a tradição da igreja ensina de outra forma”, “isso foi só para os judeus”, “o Espírito me revelou o contrário”, etc. Não reconhecendo mais a autoridade exclusiva das Escrituras, tais pessoas advogam um subjetivismo hermenêutico que tem contribuído para aumentar ainda mais esse grande mosaico de ensinamentos conflitantes.

Existem, no entanto, vários movimentos que procuram eliminar ou, pelo menos, minimizar muitas dessas diferenças doutrinárias. O mais expressivo deles é, sem dúvida, o movimento ecumênico liderado pela Igreja Católica Romana desde o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Sob a pretensão de ser a legítima guardiã da fé apostólica, a Igreja de Roma tem apelado insistentemente aos demais cristãos para que estes “retornem” à fé católica, como a preparação para o Terceiro Milênio (ver *Carta Encíclica UT UNUM SINT* do Santo Padre João Paulo II Sobre o Empenho Ecumênico [São Paulo: Paulinas, 1995]; *Rumo ao Novo Milênio: Projeto de Evangelização da Igreja no Brasil em Preparação ao Grande Jubileu do Ano 2000* [São Paulo: Paulinas, 1995]).

A tentativa de eliminar as discórdias doutrinárias, através de um diálogo cordial e respeitoso entre indivíduos e entre denominações, é, em si, digna de apreciação (ver Jo 17:21-23; I Co 1:10). Mas para o cristão genuinamente comprometido com a Palavra de Deus, esse diálogo é aceitável apenas enquanto estiver baseado no reconhecimento incondicional da Bíblia como “a única regra de fé e prática” e “a intérprete de si mesma” (ver Is 8:20; Mt 7:20-23; Mc 7:6-9; Gl 1:8; Ap 22:18 e 19). No momento em que tradições eclesiais e posicionamentos pessoais conflitam com as Escrituras, nossa atitude deve ser semelhante a de Pedro e dos demais apóstolos, ao declararem: “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens” (At 5:29).

Portanto, a pluralidade de ensinamentos conflitantes no seio do cristianismo não deriva tanto de possíveis dificuldades ou ambigüidades do texto bíblico como dos preconceitos que o próprio intérprete impõe ao texto em sua exposição das Escrituras. Devemos tentar eliminar essas diferenças doutrinárias, mas sem jamais abdicarmos do nosso compromisso incondicional com a autoridade normativa das Escrituras.

Fonte: *Sinais dos Tempos*, abril de 1999, p. 29 (usado com permissão)